

Ascensão e
queda do
socialismo
soviético
(1917-1991)

Paulo Fagundes Visentini

OS PARADOXOS DA REVOLUÇÃO RUSSA

Novas teses sobre o
stalinismo, as guerras
e a queda da URSS



ALTA BOOKS
E D I T O R A
Rio de Janeiro, 2017

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO: A paradoxal Revolução do século XX	xi
O que é Revolução, Socialismo e Comunismo?	xiv
RUMO AO PODER: As Revoluções de 1905 e de 1917 (1905-1921)... 1	
1.1 A formação do Estado russo e sua estrutura sociocultural	1
1.2 As origens da Revolução e do marxismo russos	6
1.3 A revolução de 1905, a reação e a Primeira Guerra Mundial	9
1.4 A Revolução Russa de 1917 e a Guerra Civil	13
1.5 Mongólia, uma extensão da Revolução Russa.....	20
A REVOLUÇÃO ISOLADA: O Socialismo em um Só País (1921-1947).....	25
2.1. A NEP, as nacionalidades e os projetos em disputa.....	25
2.2. A segunda revolução: coletivização agrícola e industrialização	38
2.3. O Stalinismo, o terror e a nova sociedade.....	49
2.4. A diplomacia pré-guerra e a invasão alemã.....	56
2.5. De Stalingrado ao fim da aliança antifascista.....	66
A URSS NO MUNDO: A Superpotência Socialista (1947-1987).....	77
3.1 A Guerra Fria: a militarização e o bloco soviético.....	77
3.2 A Revolução Chinesa: aliada ou concorrente?	89
3.3 O interregno Krushev: o outro lado da desestalinização	91
3.4 A URSS diante da revolução no Terceiro Mundo (1970-1980) ...	100
3.5 A era Brejnev: estagnação econômica ou política?	106
3.6 De Andropov a Gorbachev: a renovação frustrada	113

O COLAPSO: Reformas, crise e desintegração da URSS (1987-1991).....	119
4.1. Glasnost: a inversão das reformas e sua crise.....	119
4.2. A capitulação internacional e o fim do “bloco” soviético	122
4.3. A queda: Yeltsin x Gorbachev (partido, estado e mercado).....	125
4.4 Os impactos sobre as esquerdas, o capitalismo e o sistema mundial	133
CONCLUSÃO: Venturas e desventuras da Revolução	141
BIBLIOGRAFIA INDICADA	149
ÍNDICE	155

INTRODUÇÃO

A paradoxal Revolução do século XX

A Revolução Russa de 1917 foi a mais impactante da história por seu alcance mundial e por sua duração (74 anos), pois foi o elemento catalisador de todo o século XX. Da revolução resultou o primeiro Estado socialista – a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS) –, transformando uma gigantesca nação atrasada numa superpotência e influenciando profundamente a política global. A ela se agregaram outros países socialistas que formaram o bloco soviético e, depois, o campo socialista, viabilizando um conjunto de Estados que se proclamavam marxistas e apoiavam-se em seu modelo. Durante seu apogeu (1983), a URSS e os países-satélites chegaram a abarcar um terço da população, além de aproximadamente um quarto da superfície e da produção mundiais.

Durante décadas a União Soviética serviu de referência, idolatrada por seus admiradores e execrada por seus opositores, pois suas imensas realizações sociais e econômicas contrastavam com as mazelas de seu sistema político, criticado pelo autoritarismo e pela violência. Sem dúvida, a Revolução Russa e o regime soviético foram marcados por paradoxos ainda não suficientemente analisados com isenção e objetividade mesmo um século depois. Muitas obras marcam seu centenário, a maioria interessada apenas em “julgá-la”, sem muita informação factual. O desmoronamento da URSS e do bloco socialista

(1989-1991) deu lugar a um discurso historiográfico que desqualifica as conquistas sociais da revolução, que costumam ser apresentadas apenas como repressivas e ineficientes.

Se a Revolução Russa representa um acontecimento extremamente polêmico, a história da União Soviética segue desconhecida não apenas pelos leigos, mas também por muitos estudiosos da história do século XX. Até pouco tempo não havia informações suficientes e confiáveis, situação que agora começa a mudar. Nesse contexto, este livro busca descrever e analisar a história da Revolução Soviética de 1917 a 1991, na tentativa de explicar os fundamentos de seus paradoxos, deixando para o leitor a capacidade de “julgamento”. Evita a polêmica ideológica adjetivada, baseada em ideias não comprovadas, e as explicações centradas em personalidades ou pequenos grupos de indivíduos. Além disso, procura mostrar uma visão desde dentro, apresentando a lógica do próprio sistema. O livro se baseia em trinta anos de experiência acadêmica sobre o tema e em obras de rigor científico que vêm sendo publicadas nos últimos vinte anos, especialmente por pesquisadores ingleses, norte-americanos e russos, entre outros.

Em primeiro lugar, é importante ressaltar que *a Revolução Soviética é tanto socialista quanto russa*. Decorreu da progressiva desintegração do império czarista a partir do fim do século XIX até a Primeira Guerra Mundial, num contexto marcado por guerras devastadoras, que desorganizaram completamente a maior nação do planeta. Por isso, é indispensável conhecer a história da Rússia pré-revolucionária em sua dimensão socioeconômica, política, geopolítica e ideológico-cultural, pois serve de fundamento, favorecendo e ao mesmo tempo limitando a Revolução e o regime que esta estabeleceu.

As contradições sociais da modernização tardia e dos fracassos geopolíticos do império russo, bem como a crise internacional provocada pela Primeira Guerra Mundial, foram fatores catalisadores mais importantes do que a ação de determinados indivíduos. Após o fracasso da Revolução de 1905, que se seguiu à derrota frente ao Japão, um pequeno grupo de revolucionários marxistas se preparou para conquistar o poder, e as condições se apresentaram em 1917. A derrubada do Czar e, depois, do Governo Provisório, foram tarefas relativamente fáceis. Mais difícil foi lutar contra os adversários internos e externos durante a Guerra Civil e o Comunismo de Guerra (1918-1921), além

de restaurar o Estado desintegrado. Eis aí o primeiro paradoxo: aqueles que desejavam destruí-lo acabaram por construir um Estado ainda mais poderoso.

O período da Nova Política Econômica (NEP), que se estendeu de 1921 a 1927, representou um intervalo na Revolução, com um hiato entre o meio urbano (apoiado no Estado) e o rural (que se voltava ao mercado). No Partido Comunista, todavia, houve debates acirrados sobre o caminho a seguir e uma luta pelo poder. Foi, igualmente, um período de experimentos sociais e políticos, que se deu durante uma situação internacional ambígua. O desfecho, causado por fatores internos e externos, seria a vitória de Stálin e do projeto *Socialismo em um Só País*, afirmando o caráter russo da Revolução Socialista. Eis o segundo paradoxo: Moscou foi o centro da *Internacional Comunista*, mas também da nação russa renovada.

Se Lênin foi o principal responsável pelo triunfo da Revolução, coube a Stálin e seu grupo construir uma nova sociedade, com a coletivização da agricultura e a industrialização acelerada dos Planos Quinquenais. Com uma sociedade rápida e completamente transformada, e a integração de toda a população de uma centena de nacionalidades à modernidade, o poder se concentrou de forma brutal, sobretudo como preparação para a guerra que se avizinhava durante o período da Grande Depressão. Eis o terceiro paradoxo: a modernização radical recorreu a instrumentos de poder da Rússia tradicional; Stálin combinou progresso social com retrocesso político.

A Segunda Guerra Mundial foi considerada uma prova de fogo: a URSS contribuiu decisivamente para a vitória dos Aliados com base na Aliança Antifascista, mas ficou reduzida a escombros, além de ter perdido mais de 20 milhões de pessoas (12% da população). A diplomacia soviética que antecedeu e que sucedeu o conflito, por outro lado, possibilitou que a Revolução fosse aceita como Nação, integrada ao sistema da ONU, mas contida pela Guerra Fria. Nascia uma superpotência socialista, que tinha como principal rival o capitalismo dos Estados Unidos. Surgia, então, um quarto paradoxo: como participar de uma ordem mundial capitalista sendo socialista?

Como Stálin não indicara um sucessor, sua morte, em 1953, gerou uma luta pelo poder, cujo ápice ocorreu durante o XX Congresso do Partido Comunista (1956). Kruschev, para vencer seus adversários, lançou uma campanha antista-

linista (embora ele mesmo fosse um) denunciando o *culto à personalidade*. Ele governou de forma voluntarista e improvisada, gerando conflitos com a República Popular da China e criando incidentes internacionais desastrosos, como a Crise de Berlim (1961) e a Crise dos Mísseis de Cuba (1962). Acabou sendo derrubado em 1964. Há aqui um quinto paradoxo: sua denúncia contra Stálin, em vez de gerar reformas, enfraqueceu, desmoralizou e dividiu o comunismo.

Brejnev (1964-1982) foi a opção conservadora de um grupo de burocratas, que antes eram aterrorizados por Stálin e, com Krushev, deixaram de ser perseguidos mas padeceram suas improvisações desastradas na economia. Brejnev representava a estabilidade, mas também a estagnação política e ideológica: nascia a corrupta e mafiosa *Nomenklatura* dos altos funcionários, que se eternizavam e envelheciam no poder. Para o povo, mais consumo e menos política. Mas, nessa época, a URSS passou a ser, de fato, uma potência global, gerando o sexto paradoxo: o apogeu de seu poder material e internacional dava-se paralelamente à sua estagnação política.

Na década de 1980 houve tentativas de recuperação e reformas socialistas com Andropov (1982-1984) e com a *Perestroika* e a *Glasnost* de Gorbachev (1985-1991). A primeira não teve tempo de dar resultados, enquanto a segunda levou a uma fragmentação política, que, por sua vez, conduziria ao fim da URSS. Segue aberto o debate do que causou a implosão, mas seu elemento detonador foi a luta entre duas alas do Partido Comunista, combinada à liderança vacilante de Gorbachev. O sétimo paradoxo reside em saber como uma nação poderosa, sem guerra civil e sem ser derrotada num conflito externo, sofreu um colapso completo. Depois de cem anos e milhares de livros, a Revolução Soviética segue um fenômeno histórico pouco conhecido e mal-explicado.

O QUE É REVOLUÇÃO, SOCIALISMO E COMUNISMO?

Revolução significa *uma* mudança política brusca, geralmente violenta, que resulta na derrubada de um regime e na luta pela construção de outro. Esta ruptura na ordem vigente busca efetuar alterações estruturais nos ordenamentos jurídico-político e socioeconômico. O evento pode ser deflagrado por meio de um levante popular, uma insurreição armada, um golpe de Estado ou até mesmo uma transição política relativamente pacífica. Mas, para que estes elementos conjunturais sejam eficazes, é necessário haver condições políticas objetivas favoráveis.

Assim, a Revolução não é apenas um mecanismo de conquista do poder político, de curto prazo, mas também um processo político e socioeconômico de transformação da sociedade e de mudança dos grupos sociais dirigentes, de longo prazo. Foram os alemães Karl Marx e Friedrich Engels que uniram as duas dimensões em uma só estratégia. Para eles, a luta de classes constituía a força motriz da história e da superação das diferentes fases civilizatórias, com suas distintas formas de organização da produção. Significava que os indivíduos se encontravam em posições diferentes em relação à produção e à distribuição da riqueza, tivessem ou não consciência dessa situação.

O capitalismo era considerado por Marx e Engels um sistema que propiciou notável avanço das forças produtivas, mas, paradoxalmente, suas crises eram cíclicas e de superprodução. A derrubada do capitalismo aconteceria por obra de uma revolução proletária, através da violência, o único meio de ascender ao poder, pois as elites dirigentes não abririam mão dele pacificamente. Também seria violenta, porque não havia outro meio de enfrentar os mecanismos e as instituições repressivas do Estado, tais como as Forças Armadas, a polícia e o aparato judicial, destinados a manter a ordem social e a defender a propriedade privada.

Além de revoluções liberal-burguesas (inglesa, americana e francesa), revoluções democrático-burguesas (1848) e revoluções socialistas (Rússia, China e Cuba), a segunda metade do século XX testemunhou revoluções de libertação nacional, democráticas, anti-imperialistas e “antifeudais” no Terceiro Mundo, ligadas à descolonização e ao nacionalismo. Estas foram deflagradas por revoltas populares, mobilizações reformistas, golpes de Estado (inclusive militares) e organizações guerrilheiras, como as teorizadas e promovidas por Mao Tsé-Tung, Ho Chi Minh, Fidel e Raúl Castro e Che Guevara, Amílcar Cabral, entre outros. Existia, nessas revoluções, uma aliança entre segmentos da pequena burguesia (classe média) e do campesinato, além de setores do operariado e artesãos.

Alguns teóricos insistem em afirmar que os países periféricos “não estariam preparados” nem para a revolução nem para o socialismo, segundo uma interpretação restritiva da teoria marxista. Mas, durante a fase imperialista da transição do século XIX ao XX, as contradições sociais mais agudas se deslocaram do centro para a periferia, onde o processo de proletarização se tornou mais acentuado, com o êxodo rural e a implantação da agricultura voltada

para o mercado. É importante ressaltar que a dimensão internacional, já significativa nas revoluções clássicas, torna-se ainda mais decisiva no quadro da crescente internacionalização aprofundada do capitalismo na periferia.

É necessário definir alguns termos e conceitos teóricos e políticos empregados, por mais simples que possam parecer. O que é socialismo e qual é a diferença em relação ao comunismo?

O comunismo, segundo é concebido pela teoria marxista, ainda não existe. Trata-se de um objetivo a ser alcançado, identificado pelo nome dos partidos e movimentos que pretendem construí-lo, e este seria um sistema de liberdade e prosperidade, superando o reino da opressão e da necessidade. Segundo Marx e Engels, o socialismo, por sua vez, constitui uma fase de transição pós-capitalista, implantada por meio de uma revolução e caracterizada pela *ditadura do proletariado*. Contudo, o termo “socialismo” também costuma ser vulgarmente empregado no sentido de um regime “moderado” de esquerda, do tipo social-democrata, protagonizado por grupos que não desejam alcançar o comunismo, e sim reformar o capitalismo – o socialismo sueco, por exemplo. Assim, a teoria marxista pregava que o comunismo seria “moderado” e o socialismo “radical”, ao contrário da percepção leiga.

O que é necessário para que um regime seja considerado socialista marxista? A teoria marxista foi colocada em prática pela primeira vez, no sentido da conquista do poder e da organização de um novo regime, por Lênin, dentro da perspectiva soviética, materializando alguns princípios vagos na obra de Marx e Engels, que, na verdade, dedicaram-se predominantemente a estudar o funcionamento do capitalismo. De acordo com a experiência concreta, um regime socialista do tipo marxista-leninista implica a existência de um partido único (ou um partido hegemônico dentro de uma frente) que se associa ao aparelho do Estado e exerce o poder como “guia” da sociedade e de seu processo de transição ao comunismo.

Ao contrário do capitalismo, a dimensão política é a instância predominante. Portanto, a economia é organizada segundo o princípio do planejamento econômico central (em vez do mercado), com a propriedade coletiva dos grandes meios de produção e a estatização dos bancos e do comércio exterior. A sociedade tende a ser incorporada num organismo único, com políticas de eliminação gradual das desigualdades e de universalização de políticas sociais, como

educação, saúde, habitação, transporte público, emprego e lazer. Este processo, num quadro de tensão extrema, foi materializado, historicamente, por meio de mecanismos autoritários e repressivos, mas socialmente paternalistas.

As revoluções sempre estão relacionadas a fatores internos e externos, e, na sequência de sua concretização, necessariamente geram impacto internacional na medida em que afetam regras internas nas quais a ordem (capitalista) internacional se baseia. Neste sentido, inspiram e causam a mobilização de forças políticas de outros países, tanto simpatizantes quanto adversárias (Halliday, 1999). As revoluções causam guerras externas, geralmente associadas a guerras civis internas.

O socialismo de orientação marxista marcou profundamente o século XX: em sucessivas ondas, impulsionou um conjunto de revoluções vitoriosas. Atingiu o auge em 1983, quando 32 países se autodeclaravam socialistas marxistas. Da União Soviética a Moçambique, do Vietnã a Cuba, um terço da humanidade, da superfície e da produção mundiais encontravam-se em sociedades pós-capitalistas. A onda inicial do socialismo teve lugar na esteira da Primeira Guerra Mundial, com o triunfo da Revolução Russa e a construção do socialismo na União Soviética. Inspirada pela ideologia da guerra civil russa, a Revolução na Mongólia, no início da década de 1920, ocorreu durante esse período.

A segunda onda, decorrente dos movimentos antifascistas e das consequências da Segunda Guerra Mundial, afetou o Leste Europeu, tanto pelas “revoluções pelo alto” apoiadas por Moscou, que constituiriam as Democracias Populares, quanto por meio das revoluções autônomas da Iugoslávia e da Albânia. É importante ressaltar que países como a Alemanha, a Hungria, a Tchecoslováquia e a Bulgária protagonizaram, do final da Grande Guerra até 1923, revoluções e até efêmeros regimes socialistas, que acabaram depostos com violência, às vezes por intervenção externa.

A terceira onda, que vinha se desenrolando paralelamente à anterior, teve como epicentro a Revolução Chinesa, iniciada já na década de 1920 e caracterizada pela questão camponesa. Após um quarto de século de guerrilhas e guerras, a nação mais populosa do planeta tornou-se um regime socialista, com tendências anticoloniais, em 1949. A Revolução Coreana, que implantou uma república socialista no Norte – depois de deflagrar uma guerra que, pela pri-

meira vez, não foi vencida pelos Estados Unidos –, fez parte dessa fase. As revoluções marxistas e os regimes emergidos na primeira metade do século XX ocorreram “na periferia do centro”, já que as potências capitalistas industriais entraram em conflito aberto (corrida imperialista, Primeira e Segunda Guerras Mundiais, por exemplo). Assim, foi possível a vitória de duas revoluções e de regimes que estruturariam a nova realidade mundial, a soviética e a chinesa, que se encontravam na periferia do espaço geopolítico afetado pela gigantesca confrontação e transformação.

Finalmente, na quarta e última onda, o movimento de descolonização e o nacionalismo do Terceiro Mundo protagonizaram o triunfo de diversas revoluções de orientação socialista, como a cubana, a vietnamita, a afegã, a sul-ienita e as africanas na década de 1970. Ocorreram na segunda metade do século XX, “no centro da periferia”, isto é, na região meridional do planeta ainda não industrializada, onde ocorria a expansão do *desenvolvimento desigual e combinado do capitalismo*. Dentre as referidas, apesar dos limitados recursos, duas acabaram se tornando paradigmáticas e tendo efeitos sistêmicos por todo o mundo: a cubana e a vietnamita. Evidentemente, dependeram e estiveram ligadas às duas grandes revoluções que fundaram o regime, mas desenvolveram uma dinâmica própria. Desde 1979 não mais ocorreram revoluções socialistas.

As Revoluções de 1905 e de 1917 (1905-1921)

1.1 A FORMAÇÃO DO ESTADO RUSSO E SUA ESTRUTURA SOCIOCULTURAL

A compreensão da Revolução Russa e das características da União Soviética, que constituem fenômenos “modernos”, não pode ser completa sem a compreensão dos fundamentos histórico-geográficos de longa duração dessa imensa nação eurasiática. Situada a leste da Europa e no centro e norte da Ásia, a Rússia sempre foi um país peculiar, pois sua geografia e sua formação histórico-social híbrida combinavam elementos europeus e asiáticos num vasto território com populações esparsas. A isso pode-se agregar o caráter relativamente isolado da evolução do Estado russo em relação às grandes transformações mundiais, pois permaneceu distante dos grandes circuitos econômicos internacionais.

OS FUNDAMENTOS GEOGRÁFICOS E AMBIENTAIS

A Rússia imperial e a União Soviética formaram o país mais extenso da era moderna. A URSS tinha, após a Segunda Guerra Mundial, uma extensão de 22,8 milhões de km² de extensão (quase três vezes a superfície do Brasil), o que representa um sexto das terras emersas do planeta e equivale à superfície da Lua. De leste a oeste abarca 11 fusos horários: enquanto no extremo oriente so-

viético (Oceano Pacífico) as pessoas jantavam, nas margens do mar Báltico e na Ucrânia ainda tomavam café da manhã. A Rússia pré-revolucionária era maior ainda, pois incluía Polônia, Finlândia e Alaska (vendido aos Estados Unidos em 1867). Constituía-se um gigantesco território eurasiático, que começava na fronteira da Alemanha imperial e se estendia até o mar do Japão, no Pacífico.

De norte a sul (4.500 km de extensão máxima) há o Oceano Ártico (congelado na maior parte do ano), as imensas superfícies da tundra, da floresta (taiga), das estepes e dos desertos da Ásia Central, culminando na elevadíssima cordilheira do Pamir (altitude máxima de 7.500 m), que é a continuação do Himalaia, na fronteira do Afeganistão. Enquanto na Yakutia (Sibéria) a temperatura é de -50°C no inverno¹, nos desertos da Ásia central é de 40°C (podendo chegar a 50°C), sendo que, em 40% do território, os rios ficam congelados por seis meses. O próprio solo é permanentemente congelado no norte. Mas o gigantesco espaço russo é muito rico em recursos naturais (minérios, fontes de energia, madeira), embora a área agrícola seja muito limitada e sujeita a um clima inclemente. Trata-se de uma planície imensa e contínua (prolongamento da Europa Central) que inicia no mar Báltico e se estende até o Cáucaso, abarcando a maior parte da Sibéria e da Ásia Central.

Tal configuração geográfica – plana, sem fronteiras naturais defensáveis e gelada em grande parte do ano – sempre exerceu enorme influência na sociedade e na política russas. Não se trata de um determinante do “caráter nacional”, mas de um condicionante. A expansão territorial resultou de guerras que buscavam ganhar profundidade estratégica defensiva contra invasores (como se verá adiante) e da tentativa de obter uma saída para o mar, estabelecendo uma ligação com o resto do mundo. Mas também era consequência da imensa disponibilidade de terras no leste, de população nativa rarefeita (de origem finlandesa e tártaro-mongol), que eram buscadas por camponeses ávidos de escapar dos tributos ou da servidão. Na luta contra suecos e polaco-lituanos no oeste, turcos e tártaro-mongóis no sul e a colonização relativamente pacífica da Sibéria quase despovoada, foi forjado um gigantesco território, mas sem saída para mares abertos e sem conexão com os grandes fluxos comerciais. A URSS tinha 60 mil km de fronteiras terrestres com 12 países, vários dos quais hostis.

¹ A cidade siberiana de Oymyakon bateu o recorde de frio, com uma temperatura de $-71,2^{\circ}\text{C}$. Curiosamente, a temperatura mais baixa registrada na Terra, $-89,2^{\circ}\text{C}$, foi na base soviética de Vostok, na Antártica.

OS CONDICIONAMENTOS HISTÓRICOS

A Rússia possui um sistema político relativamente antigo, mas que se manteve isolado dos grandes desenvolvimentos mundiais. A formação histórica do povo russo remonta às tribos eslavas que, desde aproximadamente 2000 a.C., habitavam o centro da região entre os mares Báltico e Negro. Na Idade Média, os vikings estabeleceram, a partir de Novgorod e ao longo dos rios Dvina, Dnieper e outros, uma rota comercial que chegava a Bizâncio (Constantinopla, atual Istambul), capital do império bizantino (romano do Oriente). Do contato entre os vikings (varegos) e os eslavos russos foi formado o *Rus de Kiev*, o berço da Rússia atual, cujas primeiras referências datam do século VI. O príncipe Oleg (882-912), da Dinastia Rurik, foi o primeiro soberano documentado a governar esse Estado medieval, que, junto com as cidades-Estado do norte (como Novogord), formava um espaço político russo: o triângulo Kiev-Novgorod-Vladimir.

Em 988 o príncipe Vladimir adotou a religião cristã ortodoxa, oriunda de Bizâncio, como forma deliberada de diferenciar os povos eslavos do Rus das tribos vizinhas: poloneses e húngaros católicos a oeste e muçulmanos ao sul e a leste (Hill, 1988). Na mesma linha, foi adotado o alfabeto cirílico e, com a queda de Constantinopla em 1453 perante os turcos, Moscou se tornou a “III Roma”, guardiã da ortodoxia e sede da Igreja, que se tornaram parte da russianidade. Esses acontecimentos marcaram uma diferenciação e separação entre a Rússia e a Europa Ocidental, com profundas consequências históricas.

O divisor de águas ocorreu em 1240 quando, em meio à desorganização interna, Kiev sofreu uma invasão e conquista mongol chefiada por Batu, filho de Gêngis Khan, que estabeleceu uma dominação extremamente violenta, cruel e usurpadora até 1480. Essa situação marcou o declínio de Kiev e o predomínio gradual dos príncipes de Moscou, com o centro de gravidade do Estado se transferindo para o norte, como forma de escapar do domínio direto e dos ataques mongóis. Os povos da estepe dominaram parte da floresta, obrigando os russos a se refugiarem ainda mais em seu interior, rumo ao norte. Cidades eram saqueadas e queimadas, com seus habitantes mortos de forma massiva e brutal e os sobreviventes sujeitos à feroz opressão e tributação. As cidades e casas eram feitas de madeira, barro e palha, pois as pedras eram raras, daí a fragilidade e a ausência de grandes construções.